

**Jornal ‘O Petiz’:
Veículo de propagação do ideal eugênico do Instituto de Proteção e
Assistência à Infância da Bahia (1907-1917)¹**

Virlene Cardoso Moreira
Professora do Instituto Federal de Bahia (IFBA)
E-mail: virnamoreira@yahoo.com.br

Palavras-chave: Eugenia. Filantropia. Higienismo. Infância.

Ao despontar o século XX, o Brasil, considerado uma nação ainda em formação, apresentava um cenário que preocupava a elite intelectual: crescente população negra; problemas sociais oriundos do sistema escravista; problemas sanitários que levavam a inúmeras doenças, inclusive endêmicas; precariedade habitacional, enfim, conjuntura que conduzia a um pessimismo quanto ao futuro nacional. Arrematando todas as adversidades, a presença de um Estado inoperante, refém das oligarquias regionais. Indagavam-se acerca das causas dos problemas brasileiros, alguns atribuíam à questão racial e climática, outros viam no abandono público e nas doenças as razões do “atraso” do país.

Neste contexto, fortalece-se no Brasil um movimento que, utilizando-se de mecanismos de aperfeiçoamento da espécie humana, pretende promover o desenvolvimento nacional segundo os preceitos ditos civilizados: a Eugenia. Surgida na Europa em meados do século XIX, pode ser conceituada como “[...] a ciência que trata do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana” (CANDIDO, 1923 apud STANCIK, 2006, p. 32). O mesmo Candido complementa, “[eugenizar] quer dizer cuidar de nossos semelhantes para que o mundo se povoe de gente forte, sã, esclarecida e bela. Educar, instruir, fortificar, sanear – tudo é eugenizar” (STANCIK, 2006, p. 32).

Importante destacar que embora a Eugenia tenha sido importada da Europa, não significou uma mera transposição de suas ideias, tendo adquirido um contorno próprio, adaptado às especificidades brasileiras. Não representou também uma homogeneidade no que diz respeito ao entendimento de seus limites e no alcance de suas ações, longe disso, desde a conceituação ao método de aperfeiçoamento utilizado, divergências estiveram presentes,

¹ As fontes utilizadas neste artigo foram cedidas pela FIOCRUZ, em projeto intitulado ‘Patrimônio Cultural da Saúde na Bahia: 150 anos de história (REDE BRASIL), no qual participei como pesquisadora assistente, em 2007-2008. O jornal *O Petiz* faz parte do acervo privado da família do Dr. Alfredo Magalhães.

marcando campos que transitaram entre o predomínio do aspecto biológico, que considerou, por exemplo, a questão racial, a correntes que atuaram precisamente no campo social, investindo em reformas amplas, que visavam a combater “vícios sociais” e doenças que degenerariam a sociedade (GOELLNER, 2008; MACIEL, 1999; SOUZA, 2006; STANCIK, 2006).

Casteñeda (2003) distingue três tipos de eugenia: positiva, negativa e preventiva. A primeira tinha no casamento entre indivíduos saudáveis e inteligentes seu foco, a negativa concentrava-se em evitar prole considerada degenerada, e diferentes correntes apontaram métodos diferenciados para tal impedimento. E, por fim, a eugenia preventiva, que fundiu ao eugenismo o higienismo, preocupando-se, entre outras coisas, com a puericultura.

O predomínio do viés social no Brasil, pelo entendimento de Maciel (1999), resultou da percepção pela intelectualidade que o problema que nos acometia estava na esfera da saúde. O Brasil era um país “civilizável”, fazendo necessário apenas que fosse curado, pois estava doente. A cura de sua população, portanto, dependeria da ciência e da medicina. Em torno dessa ideia nasceram projetos que envolviam movimentos que embora distintos acabaram sendo conjugados: Eugenia, Sanitarismo e Higienismo se confundiram para o “bem do progresso”.

O eugenismo que este trabalho apresenta está mais voltado para o que Casteñeda (2003) classificou como preventivo, aqui representado pelo Dr. Alfredo Magalhães. Embora o primeiro pronunciamento em que o Dr. Magalhães tenha explicitado o caráter eugênico de suas ações tenha ocorrido no dia 17 de novembro de 1912, numa Conferência no Ginásio de Nossa Senhora da Vitória, percebe-se, não só na prática do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, do qual foi fundador e médico-diretor durante muitos anos, mas também através do jornal *O Petiz*, que o mesmo agia de acordo o ideal eugênico desde os primeiros anos do século XX.

A eugenia praticada pelo do Dr. Alfredo Magalhães confunde-se com o ideal higienista. A percepção do eugenismo em suas ideias está na concepção de que os caracteres adquiridos, negativos ou positivos, são transmitidos aos descendentes. Assim, para o melhoramento da raça, termo utilizado por ele como sinônimo de espécie humana, fazia-se necessário que fossem preservadas nos reprodutores características que podem ser resumidas em duas palavras: saúde e moralidade. A seleção desses indivíduos proposta pelo Dr. Magalhães deveria ser “razoável e raciocinada” (MAGALHÃES, 1930, p. 8), consistindo na formação de uma infância sadia, tanto no aspecto físico como moral. E para a perpetuação de gerações sadias utiliza as palavras do francês André Theuriet e aconselha: “Casar quando se é

jovem e são, escolher uma jovem honesta e sadia, amá-la com toda sua alma e com todas as suas forças, fazer dela uma companheira certa e mãe fecunda, trabalhar para criar seus filhos e deixar-lhes ao morrer o exemplo da sua vida [...]” (MAGALHÃES, 1913).

Para ele, o que impedia o progresso nacional era a pobreza, vez que entre a população pobre se instaurava todos os males sociais, desde as doenças aos “desvios” de comportamento. Assim, todas as ações em prol da pátria deveriam ser concentradas entre os pobres, especialmente as crianças. Para esse público, empreendeu projetos sociais que tinham como foco a puericultura profilática, ou seja, medidas preventivas visando o desenvolvimento físico e psíquico das crianças, da gestação à puberdade.

“Quem ampara a infância trabalha pela Pátria”. Esta frase apresenta-se na capa de todas as edições do jornal *O Petiz* e expressa o objetivo que se propõe o Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia – IPAI/BA: ajudar no desenvolvimento do Brasil, através da formação de indivíduos que reúnam as qualidades para uma sociedade moderna, portanto, sem vícios, doenças, ou qualquer degenerescência física ou moral. Tanto o IPAI/BA, fundado em 1903, como o jornal *O Petiz*, entre 1907 e 1917, foram empreendidos pelo Dr. Alfredo Magalhães.

O IPAI/Ba possuía objetivos ambiciosos, passando desde o atendimento médico às crianças pobres à criação de sociedades protetoras da infância em diferentes pontos da capital baiana. As ações propostas previam a assistência direta e indireta à infância. O público do Instituto eram as crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas, e estas tinham seu universo investigado, estudado, com vistas a ser oferecido o tratamento adequado às suas necessidades. Lactação, criação de escolas para crianças portadoras de necessidades especiais, criação do Dispensário Central de Moléstias de Crianças, fundação do hospital de crianças, cuidar da vacinação infantil, fundação de pequenos dispensários nos bairros pobres da cidade, exercer vigilância sobre o trabalho infantil nas indústrias, exercer tutela sobre os meninos maltratados ou em perigo moral (O PETIZ, 15 ago. 1909).

Aliado às propostas diretamente direcionadas às crianças, foram empreendidas medidas que visavam à proteção da mãe, a exemplo da regulamentação do trabalho da mulher em indústrias, criação de pequenos asilos de maternidade e creches. Além disso, a preparação das famílias para cuidar adequadamente das crianças foi também objeto das preocupações do Instituto, difundindo-se noções elementares de higiene infantil. As estratégias utilizadas para as famílias pobres e proletárias eram feitas de pequenos anúncios redigidos numa linguagem

acessível, e ainda diretamente quando em contato com as mães nos momentos de atendimento às crianças.

Para a sociedade em geral, era o jornal *O Petiz* que cumpria o papel de educar os reprodutores em potencial para que cuidasse de sua saúde, principalmente moral, e as mães encontravam naquele espaço orientações de naturezas diversas acerca da maneira mais adequada de cuidar de seus filhos. A criança que se pretendia formar atendia aos anseios da elite intelectual, representada pelos médicos, e simbolizava a modernidade.

Foi através d'*O Petiz* também que Dr. Alfredo Magalhães (re)alimentou e projetou socialmente o IPAI. O jornal tinha uma periodicidade que variava entre mensal e trimestral, tendo ocorrido uma única edição extraordinária em 1915 para divulgar e angariar fundos para a construção do Hospital das Crianças. O editorial estava sob a responsabilidade do Dr. Magalhães, que era o mentor da bandeira eugenista levantada pelo jornal. Além desse objetivo, funcionava também como fonte de renda, pois juntamente com a seção comercial, o apelo à generosidade da elite soteropolitana angariava fundos para o projeto filantrópico ali representado.

Duas seções foram emblemáticas do projeto eugênico do IPAI/BA: Escola das Mães e Profilaxia Moral. A primeira, dirigida às mães, trata da saúde física e a segunda da saúde moral dos indivíduos, discurso muito mais voltado ao público masculino. Embora muitas outras matérias tenham corroborado para a finalidade do jornal, aqui serão exploradas essas duas seções, escritas pelo Dr. Alfredo Magalhães.

As matérias veiculadas em todo o jornal transmitiam a preocupação e a necessidade de fazer uma certa escolha de “geradores” objetivando obter crianças fortes e sadias. Crianças saudáveis representavam o futuro promissor. Dr. Magalhães acreditava que a seleção de bons reprodutores, através da puericultura preventiva, era o meio mais cauteloso, fácil e realizável de aperfeiçoamento da espécie humana.

Os criadores de animais sabem que modificando as condições do meio podem aperfeiçoar as espécies e corrigir as raças degeneradas melhorando-as gradualmente, fazendo-as por fim tornarem-se o que devem ser. Muito se poderá, também, conseguintemente, obter em relação ao homem. É preciso lutar: 1º contra as causas da degeneração das faculdades de bons e são reprodutores. 2º por melhorar mais e mais, sempre mais, a higiene pública e particular (O PETIZ, 15 dez. 1908).

As causas da degradação humana eram atribuídas a doenças físicas e morais. Entre elas o ‘deboche’, o alcoolismo e a tuberculose foram as mais discutidas. O deboche, definido

como excesso das satisfações corporais e desregramento de costumes, prejudicaria o indivíduo e colocaria em perigo as qualidades e até mesmo a existência de seus descendentes. “O debochado perdeu a noção do belo e do bom. Ele não tarda a perder também todas as faculdades físicas, por isto, ele é o pior dos reprodutores, o mais triste dos maridos. Evitai que suas filhas espossem debochados” (O PETIZ, 15 dez. 1908).

O alerta quanto o perigo de se esposar homens “debochados” advinha da convicção de que estes certamente sofreriam padecimentos físicos, os filhos herdariam doenças e as esposas sofreriam moralmente pela prole. Todos os males eram analisados na perspectiva familiar, consequentemente, procriativa.

Embora o enfoque tenha sido dado para os homens, as mulheres também poderiam incorrer no “deboche”, tendo na prostituição o exemplo mais contundente. Como medidas curativas, pregava-se a fundação da chamada sociedade de temperança (espécie de projeto de reabilitação) e o combate às licenças para atuar nas ruas (O PETIZ, 15 fev. 1909).

O ‘deboche’ poderia levar a outro mal social, o alcoolismo. Para o Dr. Magalhães este constituía um perigo nacional, vez que além de destruir o indivíduo, colocava em risco toda a humanidade, pois seus efeitos podiam atingir até a terceira geração. A prole de um indivíduo que sofria de alcoolismo poderia sofrer de epilepsia e ainda

quando criança [ser] vítima de perturbações nervosas, de convulsões (que muitas vezes o vitimam), [tornar-se] idiota ou imbecil. Quando adulto [ter] uma fisionomia aparvalhada, olhar inexpressivo, [ser] muito suscetível, muito impressionável, nevropata, neurastênico, hipocondríaco, [ter] obsessões de ideias depravadas (O PETIZ, 15 fev. 1909).

O mesmo alerta era feito às mães: “Evitai casamentos com indivíduos alcoólatras” (O PETIZ, 15 fev. 1909).

Contra o alcoolismo muitos recursos foram empregados: a propaganda, verbal e escrita; o ensino nas escolas (infantil, elementar e complementar), nos cursos secundários e superiores. O ensino era feito em através de palestras, exposições em murais e também por meio de experiência com os animais, exame e apresentação de doentes. A constituição de sociedades de temperanças também foi utilizada, estas deveriam trabalhar para adquirir adeptos e substituir tavernas e fábricas de bebidas alcoólicas por casas de jogos lícitos (atléticos e esportivos), vendagem de refrescos, chocolates, e bebidas higiênicas. No âmbito legal, houve pressão em termos governamentais, a fim de criar uma legislação coibitiva (O PETIZ, 15 abr. 1909).

A tuberculose também foi considerada causa da degeneração da raça humana, já que destruía gerações fortes e sãs, não à toa, era conhecida também como “peste da civilização moderna”. A geração de médicos do Dr. Magalhães não mais acreditava na transmissão hereditária da doença, mas considerava que crianças cujos pais sofriam de tuberculose desenvolviam uma aptidão para contrair a doença, pois nasciam em estado de decadência orgânica. Mas a Higiene poderia salvá-las: afastando-as logo cedo do contágio, submetendo-as condições higiênicas, como alimentação apropriada, ar puro, passeios ao ar livre e luz solar, e se necessário, aplicando-as um sistema terapêutico (O PETIZ, 15 jun. 1909).

Além do revigoramento das crianças “tuberculizáveis”, fazia-se necessário salvar os já acometidos pela tuberculose, colocando-os no campo, colônias ao ar livre, escolas florestais etc. Aliado a isso, promover campanhas educativas, no sentido de impedir o contágio e facilitar o tratamento, que já contava com ambientes especializados (dispensários e sanatórios) (O PETIZ, 15 jul. 1909).

Dr. Magalhães pregava a seleção de indivíduos saudáveis através do casamento. Somente o casamento possibilitaria as “[...] condições de formar um bom tronco, capaz de gerar com segurança ramos vigorosos, filhos sãos” (O PETIZ, 15 jul. 1909). Para que o casamento pudesse servir à puericultura preventiva, fazia-se necessário que alguns preceitos fossem observados: não realizar casamentos precoces, tardios, nem desproporcionados, sendo as idades preferidas entre 20 e 25 anos para as mulheres e 25 e 30 anos para os homens; antes de aceitar o casamento, os candidatos deveriam proceder a uma investigação da saúde das famílias, pois males poderiam ser transmitidos por herança.

Os pretendentes ao casamento não deveriam ser “avariados”. Deveriam evitar o casamento até que tenham sido curados de alguma doença, fosse física ou moral, e se por imprudência realizasse o matrimônio, não deveriam procriar. “A saúde, não somente do corpo como também do espírito, representa conseqüentemente o precioso dote que se deve buscar nos candidatos ao casamento. Ela trará como conseqüência também a integridade moral, tão necessária à família que se vai constituir” (O PETIZ, 15 nov. 1909).

O controle do matrimônio foi uma estratégia eugênica para melhoramento da raça. Através de uma seleção artificial, casamento entre indivíduos considerados favoráveis à sociedade, seria possível aprimorar características que “elevariam” a raça humana. O discurso do Dr. Magalhães em prol do casamento é acrescido de um tom católico:

Quando, em nome da higiene e da moral, bradamos: Viva o casamento!
Deve-se perfeitamente entender que falamos da união abençoada por Deus

no sacramento do matrimônio, daquela que tem fé e obedece à lei divina, daquela em que os esposos guardam a castidade conjugal e não possuem sobre a fidelidade um peso de completa licença para o homem e o dever absoluto de obediência para a mulher, mas o leva a respeitarem-se mutuamente (O PETIZ, 15 fev. 1911).

Para ele, para que houvesse bons reprodutores, além da saúde física, o indivíduo tinha de ser dotado de uma conduta moral que agregaria, entre outras coisas, uma vida de castidade, de expressão de amor “puro”, de comportamento socialmente respeitável, e tudo isso somente possível se

[restaurasse] o espírito religioso nas crianças, nos moços, nos velhos, nos homens e nas mulheres, na família e na sociedade, [incutisse] em todos o amor ao trabalho à ordem, o respeito às leis, o amor, respeito e temor a Deus, a obediência aos santos mandamentos. Deus na família e na sociedade, amado, respeitado, temido e obedecido (O PETIZ, 15 nov. 1909).

Os preceitos morais do Dr. Magalhães não apresentavam distinções de gênero, tanto o homem quanto a mulher deveriam seguir as mesmas regras de conduta, tendo em vista que a finalidade era a união matrimonial, com fins de procriação, para o bem coletivo: a pátria.

“A humanidade inteira é vítima da concupiscência, vítima dos seus ardores, das tentações...” (Dr. Surbled)

Porque, porquanto, dois pesos e duas medidas? Por que a continência exigida para a mulher não seria igualmente para o homem?

Por que inútil a este seria necessária àquela?

Por que o homem seria autorizado, por uma convenção tácita, a usar e abusar dos prazeres do amor, enquanto que a mulher é condenada a conservar-se casta e honesta?

Por que um estranho costume abriria diante do homem todos os prazeres dos sentidos quando ele interdiz formalmente à mulher?

Há nisto uma situação falsa, uma verdadeira inconseqüência, cuja injustiça brada ao céu.

Deus, no sexto mandamento, ordenando - guardar castidade, não fez distinção entre os sexos.

A continência se impõe tanto ao homem como à mulher, isto é que é moral.

A lei moral está acima da lei humana como Deus dominada todos os legisladores deste mundo A lei moral é identificada com as leis divinas.

A moral segue todos os atos do homem, mesmo aqueles que o código não pune, e até os pensamentos e desejos mais secretos. Todos esses atos devem essencialmente ser regulados para o fim eterno do homem (O PETIZ, 15 fev. 1910).

A conduta moral relaciona-se ao controle dos instintos e sentimentos. Temática que não passou despercebido por Dr. Magalhães, quando versou sobre a verdadeira acepção do amor:

Das alturas em que pairam a higiene a moral conhecem o amor sob dois aspectos diferentes: o amor mórbido e o amor hígido. O amor mórbido que merece tanta piedade quanto desprezo e deve ser combatido com caridade, é aquele que muito praticam os contemporâneos com grande prejuízo da sua alma e do seu corpo.

O amor hígido, que é o amor são, honesto, bom, permitido, recomendável, aquele que a ciência e a razão mais que nunca reclamam, e se empenham os inimigos de todo o bem e de toda a moral em negar, desnaturar e vilipendiar. Este amor é o único que tem direito de cidade para um povo civilizado, mormente cristão, é o amor que nos transmitiram nossos pais e que não temos a liberdade de prostituir; é ele que é preciso elogiar, defender e restaurar entre nós, guardando o respeito e a honra da vida, cogitando do futuro do país e da raça.

Somente ele é digno de nossos respeitos e de nossas simpatias, somente ele pode preservar a mocidade dos perigos da incontinência, regenerar o casamento, aumentar e salvar a humanidade.

[...] o amor precisa ser regulado e dirigido e não deve chegar ao seu fim, que é a procriação senão no casamento e pelo casamento. Da observância dessa importante verdade depende o salvamento da família e o futuro da pátria (O PETIZ, 15 out.; 15 nov. 1910).

O abandono moral das crianças preocupou muito Dr. Alfredo Magalhães, até mais que o abandono material. Ele considerava que mudar o futuro do Brasil dependia da formação de uma sociedade livre de qualquer tipo de degenerescência. O projeto social que ele empreendera, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia, foi o primeiro no estado a ir além do atendimento material às crianças desvalidas, agregando a esse o lado moral da questão. Por crianças moralmente abandonadas ele entendia aquelas cujos pais viviam entregues à embriaguez, à mendicidade, ou que tenham sido condenados por crimes de qualquer natureza. E utilizando freqüentemente a frase de Dr. Ladame: “A sociedade que não preserva do contágio dos vícios as crianças, é responsável pelos crimes que mais tarde elas cometem” (O PETIZ, 15 jan. 1909), buscava apoio da sociedade em prol da causa, ao passo que pressionava o poder público a tomar a si a responsabilidade pela infância desvalida na Bahia.

Referências

CASTEÑEDA, L. A. Eugenia e casamento. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 10 n. 3, p. 901-930, set/dez. 2003.

GOELLNER, Silvana Viladre. As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Porto Alegre, v. 1, n.1, jun./2008.

O PETIZ. *Escola das Mães*. Salvador, 15 dez. 1908.

_____. *Profilaxia Moral*. Salvador, 15 jan. 1909.

_____. *Escola das Mães*. Salvador, 15 fev. 1909.

_____. *Escola das Mães*. Salvador, 15 abr. 1909.

_____. *Escola das Mães*. Salvador, 15 jun. 1909.

_____. *Escola das Mães*. Salvador, 15 jul. 1909.

_____. *Estatuto do Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia*. Salvador, 15 ago. 1909.

_____. *Escola das Mães*. Salvador, 15 nov. 1909.

_____. *Profilaxia Moral*. Salvador, 15 nov. 1909.

_____. *Profilaxia Moral*. Salvador, 15 fev. 1910.

_____. *Profilaxia Moral*. Salvador, 15 out. 1910.

_____. *Profilaxia Moral*. Salvador, 15 nov. 1910.

_____. *Profilaxia Moral*. Salvador, 15 fev. 1911.

MACIEL, M. E. A eugenia no Brasil. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, jul. 1999.

MAGALHÃES, A. F. *Educação eugênica em geral, consciência da responsabilidade eugênica da família, nas escolas, nas universidades*. Bahia: Estabelecimento dos Dois Mundos, 1930.

_____. Pro eugenismo. *O Petiz*, Salvador, n. 10-12, mar./abr./maio 1913.

SOUZA, V. S. *A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

STANCIK, M. A. Eugenia no Brasil nos tempos da Primeira República (1889-1930): a perspectiva de Aleixo Vasconcelos. *Espaço Plural*, ano VI, n. 14, 1º sem 2006.